



A institucionalização da educação a distância como pesquisa, crítica e produtividade



Marcello Ferreira

Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Física (IF), Centro Internacional de Física (CIF), Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (PGEF), Brasília, Distrito Federal, Brasil.
marcellof@unb.br



Braian Veloso

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino (DPE), Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras (FAELCH), Programa de Pós-Graduação em Educação, Lavras, Minas Gerais, Brasil.
braian.veloso@ufla.br

Resumo: O objetivo deste ensaio é construir um referencial teórico-analítico que consubstancia nossas contribuições para a análise do processo de institucionalização da Educação a Distância (EaD) pública no Brasil, estabelecendo uma análise do objeto como pesquisa, crítica e produtividade. Por meio disso, apresentamos definição original, evidenciando níveis e gradações, bem como o dispositivo dialético que está no cerne dos movimentos que compõem o fenômeno.

Palavras-chave: Institucionalização; Educação a Distância; Crítica.

La institucionalización de la educación a distancia como investigación, crítica y productividad

Resumen: El objetivo de este ensayo es construir un marco teórico-analítico que recolecta nuestras contribuciones al análisis del proceso de institucionalización de la Educación a Distancia pública (EaD) en Brasil, estableciendo un análisis del objeto como investigación, crítica y productividad. A





través de esto, presentamos una definición original, destacando niveles y gradaciones, así como el dispositivo dialéctico que está en el centro de los movimientos que componen el fenómeno.

Palabras clave: Institucionalización; Educación a distancia; Crítica.

The institutionalization of distance education as an object of research, criticism and productivity

Abstract: The objective of this essay is to build a theoretical-analytical framework that gather our contributions to the analysis of the process of institutionalization of public Distance Education (DE) in Brazil, establishing an analysis of the object as research, criticism and productivity. Through this, we present an original definition, highlighting levels and gradations, as well as the dialectical device that is at the center of the movements that make up the phenomenon.

Keywords: Institutionalization; Distance Education; Criticism.

Submetido em: 20/12/2022

Aprovado em: 07/03/2023





1 INTRODUÇÃO

A institucionalização da Educação a Distância (EaD) no Brasil – e, sobretudo, no ensino superior – tem sido objeto de crítica, pesquisa e produtividade¹ e adquiriu particular proeminência nos dois últimos anos devido às experiências com as variadas maneiras de Ensino Remoto Emergencial (ERE) que compuseram parte das contingências da Pandemia de Covid-19 (MILL; OLIVEIRA; FERREIRA, 2022; FERREIRA *et al.*, 2022). Em que pesem as distinções feitas entre EaD e ERE – para as quais apresentamos algumas objeções em Veloso e Mill (2022a) –, é certo que o isolamento social e a necessidade de retomada das atividades remotamente colocaram-nos a pensar e a discutir acerca do futuro e do papel dos cursos EaD, em sua evolução projetada e naquela endossada pelo período pós-pandêmico. Com acentuada relevância para as instituições de ensino superior que, por padrão, encontram-se historicamente habituadas à oferta exclusiva de cursos presenciais, o fenômeno intrincado da incorporação da EaD à rotina institucional torna-se premente para garantir perenidade e, por consequência, qualidade para as propostas empreendidas nessa modalidade.

Enquanto pesquisadores que, há alguns anos, se debruçam sobre o objeto, acreditamos ser de

¹ Vale consignar que a ideia de **produtividade** havida neste ensaio guarda coerência com àquela adotada por Foucault em vários de seus escritos – mormente nos que tratam da perspectiva discursiva e disciplinar, mas, enfaticamente, em Foucault (1974; 1985; 1987; 1988; 1990a; 1990b; 1990c; 1993; 1994; 1995; 2004; 2006a; 2006b; 2012). Nesses textos, o autor concebe a produtividade não apenas como negatividade, no sentido deletério que isso possa ter, no próprio sentido marxista de contradição, determinação e superestrutura, mas também positividade, no sentido pós-moderno de crítica e transformação; isto é, como uma ascendência do poder disciplinar imbuída de prototipificar indivíduos e suas relações (humanas, sociais, culturais, técnicas e tecnológicas, comportamentais, discursivas, disposicionais – e, portanto, estrategicamente de valor, intelectuais e éticas). Essa ideia, aqui tomada, em particular, pela noção de produtividade acadêmica e/ou científica, é explicitada em sua vinculação à constituição de um indivíduo reprodutor (consciente ou não) das forças econômicas e das demais relações estratégicas de produção de valores que permeiam a sociedade de que faz parte. Trata-se, pois, de poder inercial de exposição explícita da pretensão (volitiva ou não) de constituir corpos socialmente dóceis e economicamente produtivos e que sejam crescentemente hábeis a sustentar as forças econômicas e aos dispositivos incidentes sobre os corpos que sustentam a respectiva sociedade em seu tempo típico e que acionam graus de liberdade para a crítica e a (micro)transformação. A produtividade, nesse sentido, não é apenas um objeto longínquo de refuta e negação, mas uma relação estratégica (portanto, um dispositivo) de uso das condições materiais (discursivas – portanto, políticas, culturais, econômicas, acadêmicas, intelectivas etc.) capaz de produzir efeito e ser produzida pelas práticas sociais imanentes. Não se pode divisar, entretanto, que essa relação não seja, por origem e por efeitos, sofisticada, insidiosa, molecular, individual, fonte e consequência das relações de produção de sentidos em um campo de determinações (ou em determinada *ordem do discurso*). A produtividade, portanto, é o mediador capitalista (porque imbricado na sobre geração de valores em mais-valia e na expropriação de identidades). A noção, embora nada simples, é um categórico de altíssimo poder reflexivo e explicativo, tal como buscamos acessar. Discussões aprofundadas a esse respeito podem ser encontradas em Ferreira (2018).





fundamental importância discuti-lo à luz de nossas produções teóricas e científicas recentes, delimitando-o a fim de balizar o campo e as investigações que nele se inserem. Mais do que isso, consideramos ser imprescindível problematizar a temática, mormente porque perspectivas analíticas que enfocam experiências em instituições públicas têm-se coagulado a partir de olhares que tomam – não raro, com exclusividade – o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) como principal referência e objeto de investigação. Com efeito, trata-se da mais vultosa política pública de indução à EaD no País, tornando-a ponto fulcral nos debates da área. Porém, pesquisas nossas (FERREIRA; CARNEIRO, 2015; FERREIRA; COSTA; MILL, 2021; FERREIRA; NASCIMENTO; MILL, 2018; VELOSO, 2022; VELOSO; MILL, 2022b) têm evidenciado que o próprio Sistema UAB é responsável por engendrar contradições que, se por um lado, movimentam o processo, por outro, devem conduzi-lo à superação de uma visão empedernida que, ainda hoje, tem dificuldades para vislumbrar modelos alternativos e viáveis para a EaD e sua institucionalização².

Posto isso, enfatizamos que o objetivo precípua deste trabalho é construir um referencial teórico-analítico que consubstancia nossas contribuições para a análise do processo de institucionalização da EaD pública no Brasil estabelecendo uma análise do objeto como pesquisa, crítica e produtividade. Ainda que este texto se perfaça como ensaio teórico, as reflexões que apresentamos estão calcadas noutros estudos empíricos anteriores. Aliás, nele delimitamos as instituições públicas, porquanto é donde partem nossas experiências e pesquisas. Entretanto, somos instados a crer que as contribuições que ora propomos também têm serventia para perscrutar o fenômeno noutros contextos que eventualmente guardem similaridades ou elementos análogos (p. e., estrutura, tamanho, cultura e tecnologias).

2 POR UMA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EaD COMO CRÍTICA E PRODUTIVIDADE

A fim de demarcar nosso posicionamento no campo e, com isso, precisar aquilo que, para nós, define o objeto, começamos pelo caminho inverso, isto é, refutemos certas hipóteses com vistas a delimitar o que a institucionalização da EaD não é. Ora, não se trata tão somente de adaptação ou acomodação a um modelo instituído, tampouco reduz-se a embate maniqueísta que redunde em

² Uma discussão apropriada acerca disso, por exemplo, pode ser encontrada em Nogueira, Ferreira e Lira (2020), ocasião em que, marginalmente, a discussão sobre a evasão em cursos superiores de educação superior pública via EaD. Essas entrelaçamentos estão longe de serem indetectáveis; pelo contrário, são fonte e consequência dos processos de institucionalização da EaD pública no modelo típico brasileiro.





extremidades irreconciliáveis (FERREIRA, 2021; FERREIRA; NASCIMENTO; MILL, 2018; FERREIRA; CARNEIRO, 2015). Institucionalização também não é produto de imposições arbitrárias (hierarquizadas) à cultura organizacional. Outrossim, rejeitamos a perspectiva binária que concebe o fenômeno meramente a partir dos qualificativos institucionalizado ou não institucionalizado (FERREIRA; MILL, 2014). A noção de inexorabilidade, numa perspectiva etapista, também deve ser evitada, posto que imprime impertinente determinismo ao processo.

Um conjunto vasto de outros autores também vêm pesquisado a institucionalização a partir de perspectivas múltiplas, alheias à UAB, articulando acepções que perpassam definições do fenômeno, vinculação com teoria institucional, análise de casos e desenvolvimento de protocolos com recomendações às instituições de ensino (ESMAN, 1972; PIÑA, 2009; PERNAMBUCO, 2011; VIEIRA, 2012; MORAIS; NASCIMENTO; REGO, 2015; NASCIMENTO; VIEIRA, 2016; CHAQUIME, 2019; NUNES; SILVA; CAMPOS, 2021). Caso seja de interesse averiguar um espectro ainda mais amplo de referências nacionais e internacionais que abordam o tema, recomendamos análise da discussão contida em Ferreira e Carneiro (2015) e, em particular, o conjunto de referências ali dispostas, que sistematizam um amplo esforço de revisão sistemática do campo da institucionalização da EaD no Brasil e no mundo.

Nessa senda, chegamos por ilação às características basais que, em nosso entendimento, constituem o processo de institucionalização da EaD. A bem dizer, trata-se precisamente de um continuum que, como tal, compreende tanto avanços como retrocessos, na medida em que nenhuma prática institucional, ainda que cristalizada, consegue garantias suficientes de reprodução ad infinitum (VELOSO, 2022). Ademais, relaciona-se à ideia de conformação (plasticidade) da organização a contingências internas e externas, sendo elas culturais, estruturais, pessoais e tecnológicas. Pressupõe reconhecer, legitimar e posicionar num sistema estratégico de poder, saber e subjetividade (FERREIRA, 2018; MILL; FERREIRA, M.; FERREIRA, D., 2018). É um processo circunscrito por um contexto histórico-social, influenciado por elementos endógenos e exógenos. Tem que ver com a incorporação organizacional de modelos e práticas de inovação – o que evidencia a importância da organicidade. Sendo fenômeno intrinsecamente humano, envolve intercâmbio de saberes e, conseqüentemente, busca por consensos e estabilidade na gestão. Ao garantir recursividade, ou seja, capacidade de reprodução, as práticas incorporadas organicamente tendem à cristalização mediante formalização e burocratização das atividades com vistas a assegurar





maior resistência em face de pressões internas e/ou externas que abalam a ordem institucional.

A institucionalização, aliás, dá-se por meio de processos sequenciais amorfos e gradativos, porque há variabilidade de padrões e comportamentos sociais. Ocorre, pois, em fases ao longo do tempo como resultado de fatores que interagem para criar um ambiente que a suporta. Caminha do nível informal para o formal à medida que se insere no aparato burocrático institucional e produz forma, isto é, cristaliza-se visando a maiores garantias de resistência ante a abalos da ordem. Para que a institucionalização da EaD aconteça, observa-se a exigência de três condições elementares, a saber: apoio organizacional, padronização de procedimentos e incorporação de valores e normas associadas à ação (facilitada pela cultura organizacional).

Além disso, enfatizamos três elementos fulcrais que devem ser analisados colimando apreender a dinâmica e os movimentos complexos que perpassam a ordem intrainstitucional: sujeitos – ou grupos de sujeitos –, cultura organizacional e burocracia (VELOSO, 2022). A observação da harmonia entre esses componentes institucionais conduz à noção de legitimidade que, por sua vez, se relaciona à capacidade de pressão institucional exercida sobre os indivíduos, especialmente aqueles dissidentes, para que ajam desta e não daquela forma – em consonância com certa expectativa de reprodução das práticas indispensável à recursividade. A institucionalização, processo que é, tem que ver, portanto, com contextos de desarmonia intraorganizacional, uma vez que a introdução de determinada atividade e as conseqüentes tentativas de incorporação orgânica implicam resistência e abalos na ordem (MILL; VELOSO, 2021). Nesse sentido, nossa definição para o fenômeno também abarca a importância da análise do aparato burocrático e do ethos institucional, objetivando, a depender da conjuntura, provocação estratégica da desarmonia entre os elementos (sujeitos, cultura organizacional e burocracia). Isso porque o arrefecimento de embates internos pode levar à inércia, impedindo, por exemplo, avanços considerados necessários visando à incorporação orgânica e à superação das dicotomias entre modalidades.

Pois bem, as considerações supramencionadas se originam de pesquisas nossas recentes, como mencionado, e concorrem para a definição do objeto que ora pretendemos analisar. Em nosso entendimento, a institucionalização da EaD é um fenômeno intrincado que necessita de olhares rigorosos. Decerto, enfoques dessemelhantes tendem a dar maior ou menor ênfase a certos aspectos. Não obstante, é preciso considerar as especificidades daquilo que concerne aos processos de incorporação orgânica da EaD no seio institucional. Os esforços de definição do objeto





empreendidos resultam, então, em duas principais perspectivas que, para além doutras coisas, servem de instrumento metodológico para investigar a institucionalização. São proposições já por nós exploradas noutros momentos (FERREIRA; CARNEIRO, 2015; VELOSO, 2022) e que, em nosso entendimento, são ponto nevrálgico para as pesquisas, a crítica e a produtividade na área.

2.1 Dimensões e indicadores de institucionalização

Noutro trabalho (FERREIRA; CARNEIRO, 2015), propusemos dimensões e indicadores para aferição do estágio de institucionalização da EaD. Na medida em que o objeto se movimentava num *continuum*, observa-se que a análise do processo precisa considerar diferentes níveis ou gradações que viabilizam um diagnóstico do fenômeno e, assim, servem de instrumento para a ação estratégica com vistas a identificar pontos de atraso ou maiores percalços na incorporação orgânica. Esses indicadores, à luz doutras pesquisas (FERREIRA; CARNEIRO, 2015; FERREIRA; NASCIMENTO; MILL, 2018), foram arrolados e definidos em Ferreira, Costa e Mill (2021, p. 85-86):

- *Planejamento*: visão e projeção institucional, representatividade nos órgãos colegiados, orçamento e avaliação permanente como política institucional;
- *Organização*: abrangência, reconhecimento e legitimidade da EaD – da sua gestão e nas unidades acadêmicas; qualidade e sustentabilidade do modelo;
- *Infraestrutura*: condições tecnológicas, espaços físicos, sistemas de gestão, modelo de EaD (Design Instrucional, produção de materiais), apoio técnico e formação de equipes;
- *Pessoal*: reconhecimento formal (carga horária, progressões) e incentivo financeiro (não apenas por bolsas, como ocorre em diversos programas- qualidade das equipes de gestão, administrativa e multidisciplinar e qualidade da mediação pedagógica (docência e tutoria);
- *Serviços aos estudantes*: além do acompanhamento pedagógico, pressupõe-se acesso a acervo bibliográfico e bases, participação em colegiados, suporte técnico, acessibilidade, assistência estudantil (moradia, Restaurante Universitário, bolsas de iniciação à docência e à pesquisa científica, bem como bolsas para ações de extensão). Enfim, garantir direitos que deveriam ser óbvios incontestáveis, mas não o são.

A Figura 1, a seguir, ilustra a relação interveniente entre as dimensões e os indicadores de institucionalização da EaD no ensino superior público:



Figura 1 – Dimensões e indicadores de institucionalização da EaD.



Fonte: Elaboração própria (2023).

As dimensões e os indicadores apresentados em Ferreira, Costa e Mill (2021) ratificam a centralidade da gestão da EaD em face da institucionalização da modalidade, uma vez que tal processo implica paulatina efetivação dos aspectos supraditos. “É um circuito em que cada uma das dimensões se inter-relaciona com a outra, e assim, dá viabilidade e adequação ao processo” (FERREIRA; COSTA; MILL, 2021, p. 86).

2.2 A institucionalização enquanto fenômeno dialético: para além do modelo UAB

O que precede, ao pactuar uma definição para o processo, circunscreve formas de análise que viabilizam interpretar o fenômeno como, inclusive, essencialmente dialético. Ora, se EaD e educação presencial passam a coexistir nas instituições de ensino superior (em particular, as públicas), e se, em decorrência disso, iniciam-se embates intrainstitucionais – por recursos, por alunos, por visões conflitantes da realidade etc. –, para nós existe um dispositivo dialético passível de análise científica. Os diferentes níveis ou gradações a que nos referimos anteriormente propiciam



diagnóstico da realidade das instituições, descortinando caminhos possíveis para a gestão estratégica da EaD que visa galgar os degraus necessários no sentido da incorporação orgânica da modalidade.

Mas, para que esse movimento ocorra, são necessárias diatribes intraorganizacionais que incitam a ordem institucional para o rompimento da inércia. Ao definirmos a institucionalização anteriormente, rejeitamos a noção de mero embate maniqueísta visando tão somente a prevalência desta ou daquela modalidade. Porém, o diagnóstico da realidade, que nos possibilita identificar níveis ou gradações, não deve ser confundido com a análise do processo em movimento. As visões antagônicas não apenas existem no bojo das instituições de ensino superior como são responsáveis pelas lutas internas que produzem avanços ou retrocessos na institucionalização. Retomamos aqueles elementos já mencionados, a saber, sujeitos – ou grupos de sujeitos –, cultura organizacional e burocracia. O descompasso entre eles faz com que as lutas na instituição conduzam a movimentos, por exemplo, de mudanças na burocracia para maior cristalização das práticas – o que tem a ver com passagem de níveis informais para outros formais. Ao revés, certa atividade inserida nas instituições, ainda que empedernida ao se inserir amplamente no aparato burocrático, pode, a depender de circunstâncias endógenas e/ou exógenas, lidar com novos períodos de desestabilização da ordem, o que podem resultar em tentativas – bem-sucedidas ou não – de extirpar tais atividades. Como continuum, a incorporação orgânica da EaD sempre estará sujeita a cenários que tentam, ademais, exercer pressão no sentido de desinstitucionalização.

O dispositivo dialético do fenômeno está, portanto, nas contradições geradas especialmente pela forma como os sujeitos apreendem as micro e macroestruturas. Formas essas que, fomentadas pelo atual modelo do Sistema UAB, geram antagonismos que colocam a EaD e a educação presencial em aparente atrito irreconciliável. É como se uma não pudesse existir e se desenvolver plenamente em face da existência e permanência da outra. Sendo dialético, o processo, no entanto, engendra sínteses que podem, de um lado, incorporar, cada vez mais, a EaD em dado formato ou modelo; por outro lado, podem, por exemplo, relegá-la a uma espécie de gueto que existe e subsiste para a manutenção dos cursos EaD sem maior inserção orgânica na instituição. Alhures, tivemos a oportunidade de definir e descrever esse fenômeno:

[...] definimos a institucionalização como processo essencialmente dialético. Porque os avanços na incorporação da EaD dependem de iniciativas dos sujeitos, quer individuais, quer coletivos. Significa que esse processo passa por uma mobilização em que se cria uma efervescência. Essa centelha depende, com dissemos anteriormente, de fatores multivariados e, em última instância, materiais e concretos. [...] tem-se um caráter eminentemente dialético: mobilização e efervescência que impulsionam a entrada da EaD, de um lado; resistência,





preconceito e movimentos que rechaçam a modalidade, de outro. Os debates e as contradições engendram, paulatinamente, sínteses. Estas, por sua vez, implicam tanto em melhorias na EaD devido às críticas incorporadas como até mesmo enfraquecimento e/ou manutenção de “guetos” que dependem unicamente do financiamento externo, sobrevivendo por conta dos setores envolvidos e dependentes da modalidade. Trata-se, pois, de um processo humano. Por ser assim, depende tanto da realidade material como da interpretação que os sujeitos dela fazem. Determinados cenários e estratégias tendem a contribuir. Mas a legitimidade, sendo recursiva, precisa ser constantemente renovada, uma vez que a EaD necessita ser reproduzida enquanto prática institucional e legítima. Porque nem mesmo a realidade material e concreta, tampouco a inserção da modalidade no aparato burocrático – tal como a sua inclusão na matriz orçamentária –, são capazes de assegurar, por si só, a legitimidade ad infinitum. Também não podem determinar, de modo inexorável, o avanço nesse processo. Reitera-se, assim, que a institucionalização é um fenômeno dialético constituído por indivíduos, que envolve todas as vicissitudes daquilo que é intrinsecamente humano (VELOSO; MILL, 2022a, p. 17).

A compreensão à luz da dialética que propomos para o fenômeno permite-nos dizer que as dicotomias, movidas pelas contradições, não são representativas de obstáculos intransponíveis; a contradição tampouco evidencia inverdades em um sentido aristotélico (SADER, 2007). Pelo contrário, os embates, ao produzirem sínteses, descortinam possível superação dos antagonismos, em que a incorporação orgânica representa, progressivamente, cenários hibridizados. Exatamente isso, propusemos, noutro momento, o conceito de educação híbrida como explicação para a síntese maior do processo de institucionalização que tende a gerar cenários em que EaD e educação presencial deixam de ser irreconciliáveis, tornando-se imbricadas (VELOSO; MILL, 2022a; VELOSO; MILL; MOREIRA, 2022).

Quando defendemos o fenômeno como essencialmente dialético, afirmamos, aliás, que a efetiva incorporação orgânica passa necessariamente pela superação do modelo imposto pelo Sistema UAB, produtor e mantenedor de contradições. Isso não significa rechaçar essa política pública, até porque na maioria das instituições de ensino superior não havia condições materiais para a existência – e sequer haveria para a continuidade – da EaD sem o fomento externo. No entanto, a UAB introjetou determinada visão e uma maneira de apreensão da realidade que levaram ao que denominamos, outrora, de institucionalização da precariedade. Quer dizer, introjetou-se nos sujeitos uma visão de que a atual ordem das coisas funciona adequadamente (ou, no limite, como o limite da possibilidade), arrefecendo os embates institucionais que são o motor da pretendida institucionalização. Com isso, produz-se inércia e mantém-se o atual modelo que, ao ser analisado





pelos níveis e gradações apresentados em seção anterior, desvela significativos atrasos na incorporação orgânica, quais sejam: não incorporação de recursos na matriz orçamentária, esforço docente não inserido no aparato burocrático institucional, modelo de tutoria precária e sem vínculo com a universidade, docência apoiada em bolsas de fomento etc. (FERREIRA; CARNEIRO, 2015; FERREIRA; NASCIMENTO; MILL, 2018; GOULART; SILVA; FERREIRA, 2020; VELOSO, 2022).

Diante disso, a superação do Sistema UAB, como provável resultado maior dos embates dialéticos, não representa se opor a essa política ou desconsiderar sua fundamental contribuição para a EaD brasileira. Também, não significa criar uma aversão a modelos de EaD mantidos por fomento externo – a depender de necessidades de cada projeto, por exemplo. Superar a UAB implica, acima de tudo, desvincular a modalidade desse formato. Reforçando o enfoque fenomenológico que propusemos (VELOSO, 2022), a superação da atual política de financiamento externo passa, fundamentalmente, por uma maior apreensão da realidade pelos sujeitos. De modo que se compreenda a possibilidade de multifacetadas propostas de EaD ajustadas às especificidades de cada instituição para além do modelo UAB. Que se compreenda, também, a mera aparência antagônica entre as modalidades, a fim de se evidenciar a hibridização como tendência histórica que se mostra já no presente (VELOSO; MILL; MOREIRA, 2022).

Enfim, a provocação que fazemos ao vislumbrar a superação da UAB como condição sine qua non para a institucionalização significa que, por produzir contradições, esse modelo movimentava o processo. Isso se materializará de tal sorte que essa movimentação tem o condão de conduzir a sínteses que tanto podem avançar como podem retroceder em uma análise embasada pelos níveis ou pelas gradações do processo. De qualquer maneira, a incorporação orgânica, é entendida no sentido de uma configuração institucional capaz de dar maior resistência para a EaD diante de abalos da ordem que sempre estão a ocorrer; entendida, aliás, como uma superação das dicotomias rumo à maior compreensão de cenários hibridizados, no que implicaria, precisamente, a superação do próprio modelo UAB.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas páginas, consubstanciamos produções recentes acerca da temática da





institucionalização da EaD. Nosso objetivo foi construir um referencial teórico-analítico que reúne nossas contribuições para a análise do objeto como pesquisa, crítica e produtividade. Acreditamos que a discussão, ora proposta, demarca nosso posicionamento e propõe caminhos para perscrutar o fenômeno em outras investigações que o repisem.

Sendo assim, começamos com um esforço de definição do objeto, construindo um amálgama doutras discussões recentes. Depois, introduzimos nossa discussão relacionada aos níveis e às gradações que possibilitam um diagnóstico da institucionalização, constituindo-se como importante instrumento não apenas de análise, mas de gestão estratégica, colimando avançar na incorporação orgânica da modalidade a distância. Por fim, demonstramos o dispositivo dialético que está no cerne dos movimentos que compõem o fenômeno. Evidenciamos que as contradições geradas e mantidas pelo Sistema UAB produzem sínteses que tendem a fluir a cenários mais hibridizados, isto é, de superação das dicotomias entre modalidades. Ora, são cenários que permitem entrever, inclusive, a superação do próprio modelo UAB.

O enfoque deste texto foi, a título de ensaio, sintetizar e dar tessitura às nossas contribuições. Entretanto, é mister ressaltar que nossa definição para o objeto está calcada noutras pesquisas, mormente aquelas oriundas da teoria institucional. Ademais, ao demarcamos nosso posicionamento, definimos nossa abordagem sem, contudo, ignorar outras tantas perspectivas que se somam à nossa com vistas a compreender e a investigar a institucionalização da EaD. Embora rejeitemos algumas visões por nós consideradas equivocadas, sabemos que diferentes produções científicas na área expandem ou propõem abordagens eventualmente válidas para o objeto. Convidamos, assim, pesquisadores e pesquisadoras para que não apenas lancem mão das nossas contribuições, burilando-as, mas também para que se somem aos esforços de apreensão do complexo processo que permeia a incorporação orgânica da EaD.

4 REFERÊNCIAS

CHAQUIME, L. P. **O processo de institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2004 a 2018.** 2019. 255 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2019. Disponível em:





https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12004/TESE_LPC.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 18 dez. 2022.

ESMAN, M. J. The elements of institution building. In: EATON, J. W. (Ed.). **Institution building and development: from concepts to application**. London: Sage Publications, 1972. p. 21-39.

FERREIRA, M. Michel Foucault e o ensino de física: veredas. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 8, n. 2, p. 172–193, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31171>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FERREIRA, M.; CARNEIRO, T. C. J. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015. DOI <https://doi.org/10.4013/edu.2015.192.7902>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07/4708>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FERREIRA, M.; COSTA, M. R. M.; MILL, D. Reflexões necessárias e urgentes acerca da gestão da EAD no Brasil. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 6, n. 3, 28 nov. 2021. DOI <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n3.13242>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/13242/9056>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FERREIRA, M.; MILL, D. Institucionalização da educação a distância no Ensino Superior público brasileiro: desafios e estratégias. In: REALI, A. M. M. R.; MILL, D. (Orgs.). **Educação a distância e tecnologias digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 81-102.

FERREIRA, M.; NASCIMENTO, J. P. R.; MILL, D. Institucionalização da Educação a Distância. In: MILL, D. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 359-363.





FERREIRA, M. et al. Jornadas formativas mediadas por tecnologias digitais na formação inicial do professor de Física: reflexões a partir da experiência em uma disciplina de Metodologia do Ensino. **Revista de Enseñanza de la Física**, [s. l.], v. 34, p. 129-150, 2022. DOI <https://doi.org/10.55767/2451.6007.v34.n1.37939>. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/revistaEF/article/view/37939/37909>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC, 1974.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990a. p. 1-14.

FOUCAULT, M. Sobre a prisão. In: MACHADO, R (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990b. p. 129-144.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990c. p. 179-191.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.





FOUCAULT, M. **Nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

FOUCAULT, M. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, M. B. **Foucault**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006a. p. 294-300.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. **Foucault**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006b. p. 264-287.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2012.

GOULART, D. M.; SILVA, S. M. G.; FERREIRA, M. Sistema universidade aberta do Brasil nas instituições federais de ensino superior: organizações sociais endógenas? Pesquisa e Debate em Educação, v. 6, n. 2, p. 11-30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31826>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MILL, D. R. S.; OLIVEIRA, A. A.; FERREIRA, M. Jornadas formativas em tempos de pandemia: aportes para pensar atividades assíncronas. Revista Faeeba, v. 31, p. 201-224, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v31n65/2358-0194-faeeba-31-65-201.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MILL, D.; FERREIRA, M.; FERREIRA, D. M. G. Gestão da Educação a Distância na universidade pública como campo de disputa: da instituição social à academia líquida **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 1, p. 143-166, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/82469/48882>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MORAIS, I. R. D., NASCIMENTO, J. P. R.; RÊGO, M. C. F. D. Institucionalização da educação a distância em instituição de ensino superior: uma abordagem teórico-empírica. **EmRede**, v. 2, n. 2, p. 159-172, 2015. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/65/83>. Acesso em: 18 dez. 2022.





NASCIMENTO, J. P. R.; VIEIRA, M. G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 91, p. 308-336, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yptm9tgG7Xjbg3zC9dLbyVt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NOGUEIRA, D. X. P.; FERREIRA, M.; LIRA, L. A. R. A evasão no sistema Universidade Aberta do Brasil: uma análise das justificativas das instituições integrantes. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 29, p. 32-44, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/14169>. Acesso em: 21 dez. 2022.

NUNES, A. F. P.; SILVA, D. J. C.; CAMPOS, S. A. P. Institucionalização da Educação a Distância: em que processo de institucionalização estamos? **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 43, n. 2, p. e58114, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/58114/751375153164>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PERNAMBUCO, M. M. C. A. A implementação da Educação a Distância nas instituições de ensino superior públicas brasileiras. In: TORRES NETO, J. C.; PAIVA, M. C. L. (Orgs.). **A prática da Educação a Distância na UFRN**. Natal: EDUFRN, 2011.

PIÑA, A. A. Factors influencing the institutionalization of distance education in higher education. **Quarterly Review of Distance Education**, v. 9, n. 4, p. 427-438, 2009. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ875113>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SADER, E. Apresentação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 9-15.





VELOSO, B. **Incorporação orgânica da educação a distância nas universidades públicas**. 2022. 404. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16143/Tese%20%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VELOSO, B.; MILL, D. Educação a Distância e Ensino Remoto: oposição pelo vértice. **SciELO Preprints**, São Paulo, p. 1-24, 2022a. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/3506/6410/6711>. Acesso em: 03 mar. 2023.

VELOSO, B.; MILL, D. Institucionalização da educação a distância pública enquanto fenômeno essencialmente dialético. **Educação em Revista**, v. 38, p. 1-22, 2022b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rZrHFb9Dz4SJqTNyc7QfxyK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2023.

VELOSO, B.; MILL, D.; MOREIRA, J. A. Educação híbrida como tendência histórica: análise das realidades brasileira e portuguesa. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2019>. Acesso em: 5 dez. 2022.

VIEIRA, E. M. F. et al. Institucionalização da EaD nas Universidades Públicas: unicidade e gestão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 11, p. 63-72, 2012. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/240/118>. Acesso em: 05 abr. 2023.

